

POVO LIVRE



“O MAIOR INVESTIMENTO DE SEMPRE” EM HABITAÇÃO

Luís Montenegro anunciou a disponibilização de 1.300 milhões de euros para a construção de 133 mil casas públicas a preços acessíveis

10 PSD

INQUÉRITO DO CHEGA AOS INCÊNDIOS É DESPROPOSITADO

Hugo Soares considera “despropositada e inútil” a proposta do Chega de um inquérito sobre os incêndios desde 2017, mas disse ver “com bons olhos” a do PS de uma nova comissão técnica independente

12 LOCAIS

CÂMARA DE POMBAL APROVA MEDIDAS DE APOIO PARA MÉDICOS DE FAMÍLIA

Esse apoio prevê até 600 euros mensais para participação de despesas com habitação e até 200 euros mensais para participação de despesas com deslocações, quando o clínico de medicina geral e familiar não resida no concelho

14 REGIONAIS

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO APELA À QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS

O Presidente do PSD/Açores exortou os jovens “à qualificação de competências tanto pelo ensino superior como profissional, retirando a Região da ultraperiferia e para colocá-la no centro da Europa”

AUTÁRQUICAS, UM COMPROMISSO COM AS PESSOAS

São os autarcas que gerem os recursos locais, que definem prioridades, que implementam políticas públicas de proximidade em áreas tão fundamentais como a Educação, a Saúde, a Ação Social, a Cultura, o Desporto, o Ordenamento do Território, a Mobilidade, o Ambiente e a Sustentabilidade.

EMÍLIA SANTOS

Diretora do Povo Livre



É, para mim, obrigatório começar este editorial de rentrée por dedicar as mais sentidas palavras de conforto a todos os nossos concidadãos que foram afetados pelos terríveis incêndios deste verão. Bem sei que de pouco valerão para compensar a dor, a perda e a angústia sofridas, mas não podia deixar de expressar este meu sentimento de profunda solidariedade com as populações, em especial, com quem perdeu familiares e entes queridos.

Do mesmo modo, quero associar-me à homenagem coletiva dirigida aos Bombeiros a todos os operacionais envolvidos no combate aos incêndios, que, mais uma vez, deram prova do inabalável espírito de missão que os move.

O flagelo dos incêndios rurais é uma realidade que, infelizmente, tem marcado o calendário dos portugueses com consequências devastadoras, desde a perda de vidas à destruição de património, do colapso de ecossistemas ao enorme prejuízo de empresas.

Com o dinamismo e a visão estratégica que o tem caracterizado, o Governo português, entre outras iniciativas, anunciou o programa Territórios Resilientes, uma iniciativa que visa não apenas a recuperação das áreas afetadas, mas também a sua transformação estrutural.

Este programa contempla intervenções imediatas – como a remoção de material ardido, proteção de encostas e recuperação de linhas de água – e ações de médio prazo, como a rearboreização e a reabilitação de infraestruturas. Através de contratos-programa que pretendem garantir uma resposta célere e eficaz, este será um esforço coordenado entre várias entidades, incluindo o ICNF, APA, a Agência para o Clima e – destaque meu – os municípios, de quem dependerá, em larga medida, a eficácia e o sucesso deste programa.

De facto, a governação local tem uma relevância enormíssima na qualidade de vida e no desenvolvimento das comunidades, e é por isso que as Eleições Autárquicas de 12 de outubro assumem uma importância crítica.

São os autarcas que gerem os recursos locais, que definem prioridades, que implementam políticas públicas de proximidade em áreas tão fundamentais como a Educação, a Saúde, a Ação Social, a Cultura, o Desporto, o Ordenamento do Território, a Mobilidade, o Ambiente e a Sustentabilidade.

Por isso, estas eleições não podem nem devem ser desvalorizadas, pois delas resultarão a escolha das pessoas e dos projetos políticos que terão um impacto mais direto no quotidiano das nossas cidades, vilas e aldeias.

Neste contexto, é justo e necessário deixar uma palavra de profundo reconhecimento aos cidadãos que se candidatam às eleições autárquicas, em especial, aos nossos companheiros. Disponibilizarem-se para servir as comunidades é um ato de coragem cívica, uma afirmação do compromisso com o bem comum. A participação ativa dos nossos cidadãos é um dos alicerces fundamentais para a salvaguarda da nossa Democracia.

Assim, deixo expresso o desejo de uma forte mobilização do nosso partido para que os nossos candidatos e as nossas propostas sejam devidamente conhecidos pelas populações, na certeza de que saberemos conquistar a confiança dos cidadãos de norte a sul, do litoral ao interior e em cada ilha das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O PSD tem, na sua génese, uma fortíssima ligação ao poder local. No próximo dia 12 de outubro, tenho a certeza de que os nossos autarcas merecerão o voto dos seus munícipes e dos seus fregueses.



A NOSSA PRIORIDADE FOI “SALVAR AS PESSOAS” CONTRA OS INCÊNDIOS

Luís Montenegro garantiu que o Governo está a agir de forma “muito próxima” no combate aos incêndios, procurando ser “o mais eficaz possível”.

“Nós estamos a fazer o esforço máximo para não deixar ninguém sozinho, a fazer o esforço máximo para mobilizar todos os meios que temos, para salvaguardar, em primeiro lugar, as vidas e a saúde de todos os nossos compatriotas, para salvaguardar o seu património e o que é de todos nós: o nosso património natural”, afirmou.



No dia 14 de agosto, na Festa do Pontal, no Calçada da Quarteira, no Algarve, o Presidente do PSD declarou que não esquece os compatriotas que estão “confrontados com este flagelo” dos incêndios florestais, cuja ocorrência atribuiu a condições meteorológicas “difíceis e adversas”, muitas vezes a “alguma falta de cuidado e negligências”, e, noutras, a “condutas criminais”.

O Primeiro-Ministro assegurou que acompanha “a situação a toda a hora”, e contando com “o esforço de muitas mulheres e de muitos homens: dos bombeiros, da Proteção Civil, da GNR, dos sapedores florestais, das Forças Armadas, de todas as forças de segurança, dos autarcas” e de “muitos cidadãos anónimos”.

O líder do PSD ressaltou que não vai fazer, para já, uma avaliação do combate aos incêndios, porque o país está “em plena guerra e não é a meio da guerra” que se faz essa discussão. “Vamos primeiro ganhar a guerra, salvar as pessoas, o nosso património, o nosso país e cá estaremos para fazer ainda melhor no futuro”, referiu.

Luís Montenegro salientou que quer tornar a justiça mais célere para incendiários ou para quem cometeu crimes graves, “desde que haja uma recolha de prova reforçada”, por exemplo no caso de detenções em flagrante delito.

O Presidente do PSD lembrou que os “portugueses pronunciaram-se por uma imigração mais regulada e também mais humanista”, esperando que “os próprios detentores do poder judicial possam eles próprios assumir fazer um juízo político quando a sua função é fazer um juízo jurídico”. Luís Montenegro entende como “normal que o Presidente da República possa ter dúvidas constitucionais e possa submeter essas dúvidas ao Tribunal Consti-



tucional para que o Tribunal Constitucional possa emitir juízos jurídicos, isso é tudo normal e deve ser respeitado”.

PORTUGAL VAI VOLTAR A TER EXCEDENTE ORÇAMENTAL EM 2025

O Primeiro-Ministro reitera que o país vai voltar a ter um excedente orçamental no final do ano,

sublinhando que a economia está a ter um “bom desempenho” e vai surpreender “muitos pessimistas”. “Eu não tenho dúvidas de que vamos chegar ao final do ano e vamos ter novamente um ‘superavit’ nas contas públicas, vamos novamente poder dizer que baixámos o IRS a meio do ano, que aumentámos o complemento solidário para idosos, que demos um suplemento extraordinário aos pensionistas até 1.567,50 euros e, mesmo assim, cumprimos a meta relativamente ao equilí-

brio das contas públicas”, destacou.

O Executivo vai assim conseguir atingir esse “superavit” ao mesmo tempo que executa o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), constrói casas e reabilita centros de saúde e escolas. “Estamos a fazer as coisas com equilíbrio, com sentido de responsabilidade”, considerou, frisando que a economia portuguesa, apesar do contexto internacional “está com um bom desempenho” e vai “surpreender muitos pessimistas no final deste ano”.

O líder social-democrata adiantou que o Executivo vai avançar com um novo processo de simplificação e eliminação da burocracia, introduzindo a possibilidade de, com um único pedido, ter uma segunda via de todos os documentos.

Uma das medidas é consagrar que a alteração da morada no Cartão de Cidadão seja alargada automaticamente a todos os documentos no Estado. Neste caso, o Documento Único Automóvel passará a ter sempre a mesma morada do que o Cartão do Cidadão, deixando assim de haver muitas para quem tenha moradas diferentes nos dois documentos.

A criação da possibilidade de se poder fazer uma viagem em vários transportes apenas com um bilhete, e não apenas dentro de um determinado concelho, foi outra proposta a ser concretizada.

Vai igualmente ser criada uma carteira virtual com



todos os documentos necessários para cidadãos e empresas apresentarem nos serviços quando lhe for pedido para uma determinada candidatura ou processo.

“São coisas que parecem pequenas, mas vão dar mais qualidade de vida às pessoas”, apontou.

Novo Hospital Central do Algarve será lançado até ao início de outubro

Numa intervenção, que durou cerca de 50 minutos, o Primeiro-Ministro anunciou que o lançamento do processo de construção do Hospital Central do Algarve ocorrerá “o mais tardar no início de outubro” num investimento de 800 milhões de euros.

Este equipamento funcionará em regime de parceria público-privada e deverá começar a ser construída no início de 2027 para entrar em funcionamento em 2030.





“No mais tardar no início de outubro vamos lançar o concurso internacional para a construção do Hospital Central do Algarve em regime de parceria público-privada”, precisou.

Luís Montenegro revelou também que a eficiência hídrica no Algarve se mantém como preocupação

do Governo e garantiu que “já está assegurado” o financiamento para a construção das barragens de Alportel e da Foupana.

Trata-se do maior investimento de sempre na região do Algarve, “inscrito numa estratégia” que o Governo tem para o país inteiro, para gerir a água,

um recurso que em Portugal “existe em quantidade suficiente”.

“Não temos falta de água, mas sim falta de capacidade de gestão e de armazenamento da água que temos”, apontou.

Segundo Luís Montenegro, aquilo que o Governo está a cuidar é que até 2050 se faz o “maior investimento de sempre para não faltar água a ninguém, seja para o abastecimento doméstico e todas as atividades económicas, nomeadamente a agricultura”.

Luís Montenegro expôs ainda que o Algarve, região que tem sido esquecida por anteriores governos, vai também receber investimentos para estimular a atividade económica da região.

Nesse sentido, o Governo assegurou já a realização dos grandes prémios de motociclismo de MotoGP para 2025 e 2026 e que está “tudo pronto para se formalizar o regresso da Fórmula 1 ao Algarve em automobilismo, em 2027”.

“Estes eventos implicam algum esforço financeiro por parte do Governo, mas têm um retorno, direto e indireto, de promoção que valem, sinceramente, a pena”, destacou.

Sobre a Festa do Pontal, Luís Montenegro salientou que ela representa um “encontro político, de liberdade, liberdade de expressão e para falar do país”, daquilo que o executivo tem andado e fazer e quer fazer “em nome de todos”.

“É possível nós fazermos isso ao mesmo tempo que estamos a fazer tudo para ajudar aqueles que estão a sofrer”, disse.



1.300 MILHÕES DE EUROS PARA A CONSTRUÇÃO DE 133 MIL CASAS A PREÇOS ACESSÍVEIS

O Presidente do PSD anunciou a disponibilização de uma linha de garantia do Banco Português de Fomento para financiar 133 mil habitações públicas que fazem parte das estratégias municipais de habitação.

“Nós queremos que o Banco Português de Fomento seja o parceiro para o financiamento de todas as operações que hão de colocar à disposição das pessoas e das famílias mais casas para arrendar e mais casas para comprar, e a preços acessíveis”, afirmou.

No domingo, 31 de julho, na sessão de encerramento da 21.ª edição da Universidade de Verão do PSD, em Castelo de Vide, Luís Montenegro revelou que o Governo quer dar, esta semana, “um novo impulso à habitação”.

Como primeira medida, na quinta-feira, 4 de setembro, vai ser assinada com o Banco Europeu de Investimento (BEI) uma linha de crédito de mais 1.300 milhões de euros para o domínio da habitação acessível.

De facto, o Governo vai fazer “o maior investimento de sempre” na área da habitação, respondendo assim à oposição e, em particular, o PS, por ques-

tionar as soluções que estão a ser implementadas para a crise na habitação. “Os que nos pedem resultados em meses ou num ano ou dois, depois de terem falhado mais de uma década, esses vão ter de ter paciência, porque vamos insistir, vamos decidir e vamos, pacientemente, obter resultados. Sabemos que não é imediato, mas vamos lá chegar”, sublinhou.

Por outro lado, Luís Montenegro afirmou que o património público que não está a ser utilizado vai ser transferido para a ESTAMO – empresa pública que gere património imobiliário do Estado – para se poder rentabilizar essas casas, recuperar e vender esse património. “Andamos aqui a enganar-nos uns aos outros, isso vai acabar. Não vamos assistir a que o património público esteja a





ser degradado sem utilização e sem justificação. Onde não houver justificação tem de ser disponibilizado para ser aproveitado, seja na esfera pública, seja na esfera privada”, defendeu.

Uma terceira medida será a criação de uma “Ficha Única Digital” que congregará, para já, “todos os documentos certificados o imóvel”, com o objetivo de, no futuro, juntar a esta ficha, “a matriz predial nas finanças e a descrição predial nas conservatórias”, para que os cidadãos “não tenham de andar a colecionar papéis, a colecionar pedidos na administração”.

Em quarto lugar, o Governo vai, “de uma vez por todas”, definir o papel de cada organismo na área da habitação, dando ao IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) “as funções de coordenação, de regulação e de planeamento das responsabilidades públicas no setor da Habitação em Portugal”.

O líder do PSD referiu que “responsabilidade de execução, de detenção e de gestão do património públi-





co” ficará nas autarquias locais, pelo que vão ser dadas aos municípios “condições exequíveis do ponto de vista técnico e financeiro para promoverem uma boa gestão do parque habitacional do Estado”.

Luís Montenegro admitiu que o desafio na área da habitação “é gigante, mas tem que ser ultrapassado e vencido”.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026: NEGOCIAREMOS “NA BASE DA MODERAÇÃO”

Sobre o Orçamento do Estado para 2026, Luís Montenegro avisou a oposição que o Governo não negociará com base em ultimatos ou linhas vermelhas. “Será muito difícil à oposição encontrar argumentos para duvidar da essência do Orçamento do Estado”, disse, pedindo que não se dramatize à volta da aprovação deste documento, como se fosse uma “questão de vida ou morte”.

O Primeiro-Ministro reiterou disponibilidade do Governo para ouvir e integrar contributos das opo-

sições, sublinhando que não negociará “na base de nenhum ultimato, de linhas vermelhas”, mas “na base da moderação, a base do espírito construtivo”.

Numa intervenção de 45 minutos, o Primeiro-Ministro defendeu que “Portugal é hoje, efetiva e objetivamente, um país de confiança, um país que é olhado com respeito, com credibilidade”, lembrando a recente subida do “rating” da República por uma agência de notação financeira para defender o rigor das contas públicas.

“Nós, o que é que podemos extrair desta avaliação, o que é que nós podemos concluir? Podemos concluir que há confiança nas contas públicas portuguesas”, apontou.

Durante uma semana, entre 25 e 31 de agosto de 2025, 100 jovens receberam formação sobre política nacional, europeia e internacional, da economia à energia, da reforma do Estado à educação e cultura. A semana dos jovens foi marcada por jantares-conferência, aulas, “workshops” e simulação de uma sessão parlamentar.



Hugo Soares na Universidade de Verão

INQUÉRITO DO CHEGA AOS INCÊNDIOS É DESPROPOSITADO



Hugo Soares considera “despropositada e inútil” a proposta do Chega de um inquérito sobre os incêndios desde 2017, mas disse ver “com bons olhos” a do PS de uma nova comissão técnica independente.

Na sessão de abertura da 21.ª edição da Universidade de Verão do PSD, dia 25 de agosto, Hugo Soares deixou críticas à forma como os líderes do Chega e do PS sobre o combate aos incêndios. “O Primeiro-Ministro esteve sempre ao comando das operações, foi as vezes que teve de ir à proteção civil, mas é verdade que não contribuiu para o ‘show-off’ nem para complicar o teatro de operações”, defendeu.

O Secretário-geral do PSD distinguiu as propostas dos dois principais partidos da oposição feitas nas últimas semanas, dizendo ver “com bons olhos” a proposta do PS de criação de uma nova Comissão Técnica Independente, “longe dos políticos, longe do combate partidário”, apesar de acusar os

socialistas de terem sido “um bocadinho ligeiros nas críticas ao Governo”

Já sobre a proposta do Chega de uma comissão parlamentar de inquérito para avaliar a prevenção e o combate aos incêndios desde 2017 até agora e que investigue os “negócios e interesses económicos que alegadamente prosperam” com os fogos, Hugo Soares fez uma avaliação negativa. “Parece-me absolutamente extemporânea, parece-me absolutamente inútil, mas, sobretudo, completamente despropositada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tal qual propõe o Partido Chega. E ela é despropositada porque não serve os seus fins, mas ela é, sobretudo, despropositada porque, com a dor, com o sofrimento e com um assunto que é sério, deve-se evitar fazer política partidária, e é isso que o deputado André Ventura está a querer fazer”, acusou.

Na sua intervenção de cerca de meia hora, Hugo Soares sublinhou que se

registaram em agosto “condições meteorológicas absolutamente extraordinárias e severas” sem par em Portugal e defendeu a atuação do Governo liderado por Luís Montenegro.

“Durante os incêndios, nós tivemos todas as instituições a quem compete coordenar, organizar, combater os incêndios a operar. Nós tivemos o Governo a fazer aquilo que lhe competia, governar”, disse, recordando que em 2017 morreram mais de uma centena de pessoas nos incêndios e a Comissão Técnica Independente considerou que foi “um erro colossal” a presença de políticos no teatro de operações.

Hugo Soares deixou, por outro lado, duas perguntas ao deputado André Ventura, pelas quais considerou não se justificar a criação de um inquérito parlamentar. “Quem é que deve investigar a origem criminosa, quando ela o é, dos fogos em Portugal? É a Polícia Judiciária, a GNR, o Ministério Público ou são os deputados da Assembleia

da República? (...) E o debate sobre os incêndios em Portugal, as causas e as consequências, deve ser um debate técnico ou debate enviesado por posições partidárias previamente assumidas?”, afirmou.

Hugo Soares criticou ainda um vídeo publicado nas redes sociais de André Ventura, acusando-o de “fazer um número”. “Um número político de demagogia, de falta de autenticidade e de descaramento, aproveitando-se da dor e do sofrimento dos muitos portugueses que viram o fogo à sua porta, procurando apagar um fogo que, como todos vimos, estava mais do que extinto”, disse, pedindo aos alunos da Universidade de Verão do PSD que “não sejam políticos desses”.

Hugo Soares reiterou ainda que o PSD “não vai desistir de regular a imigração em Portugal”, dizendo que isso “não é ser de direita nem de esquerda, não é ser nem do Chega nem ser do PS, do BE ou do PCP”.

ESTIVEMOS A COORDENAR O APOIO ÀS PESSOAS E ÀS EMPRESAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS



O Primeiro-Ministro assegurou que ele próprio, a ministra da Administração Interna e o Executivo no seu todo estiveram “sempre ao leme” no acompanhamento e coordenação do combate aos incêndios.

No dia 27 de agosto, na intervenção de abertura durante o debate na Comissão Permanente da Assembleia da República, sobre a situação dos incêndios em Portugal, Luís Montenegro frisou que o Governo esteve antes quando “atuou na prevenção e na preparação do dispositivo de combate”, esteve durante “coordenando e decidindo a situação de alerta e a coordenação entre os vários Ministérios e departamentos da administração” e esteve após a ocorrência dos incêndios, “no apoio rápido às pessoas e às empresas mais afetadas”.

Luís Montenegro destacou várias medidas de prevenção que disse terem sido tomadas pelo Governo, frisando que foi reforçado o programa de sapadores florestais, foi feito o controlo de fogo e foram autorizadas queimadas em 3.562 hectares, além de terem

sido constituídas mais 50 operações integradas de gestão da paisagem, quando “apenas existiam 12”.

Além disso, Luís Montenegro reiterou que o dispositivo de combate aos incêndios de 2025 é o “maior de sempre”, envolve “76 meios aéreos, mais 869 operacionais do que no ano passado e mais 238 veículos de combate”.

Luís Montenegro recordou, contudo, que apesar destas “medidas preventivas e do diagnóstico, a força do inimigo foi enorme”, houve “25 dias ininterruptos de severidade meteorológica extrema”, com “mais de 65% de ocorrências no período de 1 a 20 de agosto”.

O Primeiro-Ministro referiu ainda que estão em investigação, por equipas próprias, crimes de incêndio doloso e a sua “eventual conexão entre estas atividades criminosas e alguns interesses económicos”, referindo que, até 24 de agosto, foram detidas 113 pessoas, contra 60 no ano passado, “e foram inquiridas mais de mil pessoas no âmbito destas investigações”.

Antes, a abrir a sua intervenção, o Primeiro-Ministro manifestou pesar pelos quatro cidadãos que faleceram no combate aos incêndios e desejou “rápida e plena recuperação” aos que ainda se encontram feridos, deixando ainda uma palavra de “profundo reconhecimento” a todos os que estiveram envolvidos no esforço do combate aos fogos florestais.

No encerramento do debate, o Primeiro-Ministro alertou que para evitar tragédias de enorme gravidade é preciso continuar a remover obstáculos jurídicos, de identificação da propriedade, da correlação entre ela e responsabilidade pelo terreno. “Estamos a falar de verdadeira reforma do Estado, de simplificar procedimentos”, concretizou.



CÂMARA DE POMBAL APROVA MEDIDAS DE APOIO PARA MÉDICOS DE FAMÍLIA

A Câmara Municipal de Pombal aprovou no dia 28 de agosto, por unanimidade, medidas transitórias de apoio para fixar médicos de família no concelho.

As medidas, que se aplicam enquanto não estiver em vigor o regulamento municipal de incentivo à fixação de médicos do Município de Pombal, têm efeitos em 1 de julho e contemplam apoio financeiro.

Esse apoio prevê até 600 euros mensais para comparticipação de despesas com habitação (arrendamento ou habitação própria) e até 200 euros mensais para comparticipação de despesas com deslocações, quando o médico da especialidade de medicina geral e familiar não resida no concelho.

Os apoios não são cumulativos e são elegíveis os médicos de família que “tenham sido ou venham a ser providos, por via de concurso ou na sequência de mobilidade, e ocupem postos de trabalho nas unidades funcionais da Unidade Local de Saúde (ULS) da Região de Leiria do concelho de Pombal”.

Por outro lado, estes clínicos têm de se comprometer, “formalmente, a exercer funções numa unidade de cuidados de saúde primários” por um período mínimo de três anos, “sob pena da devolução integral do apoio recebido”.

O apoio financeiro “não é acumulável com quaisquer outros apoios de natureza idêntica, concedidos por outras entidades”, como a Comunidade

Intermunicipal (CIM) da Região de Leiria, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, entre outros.

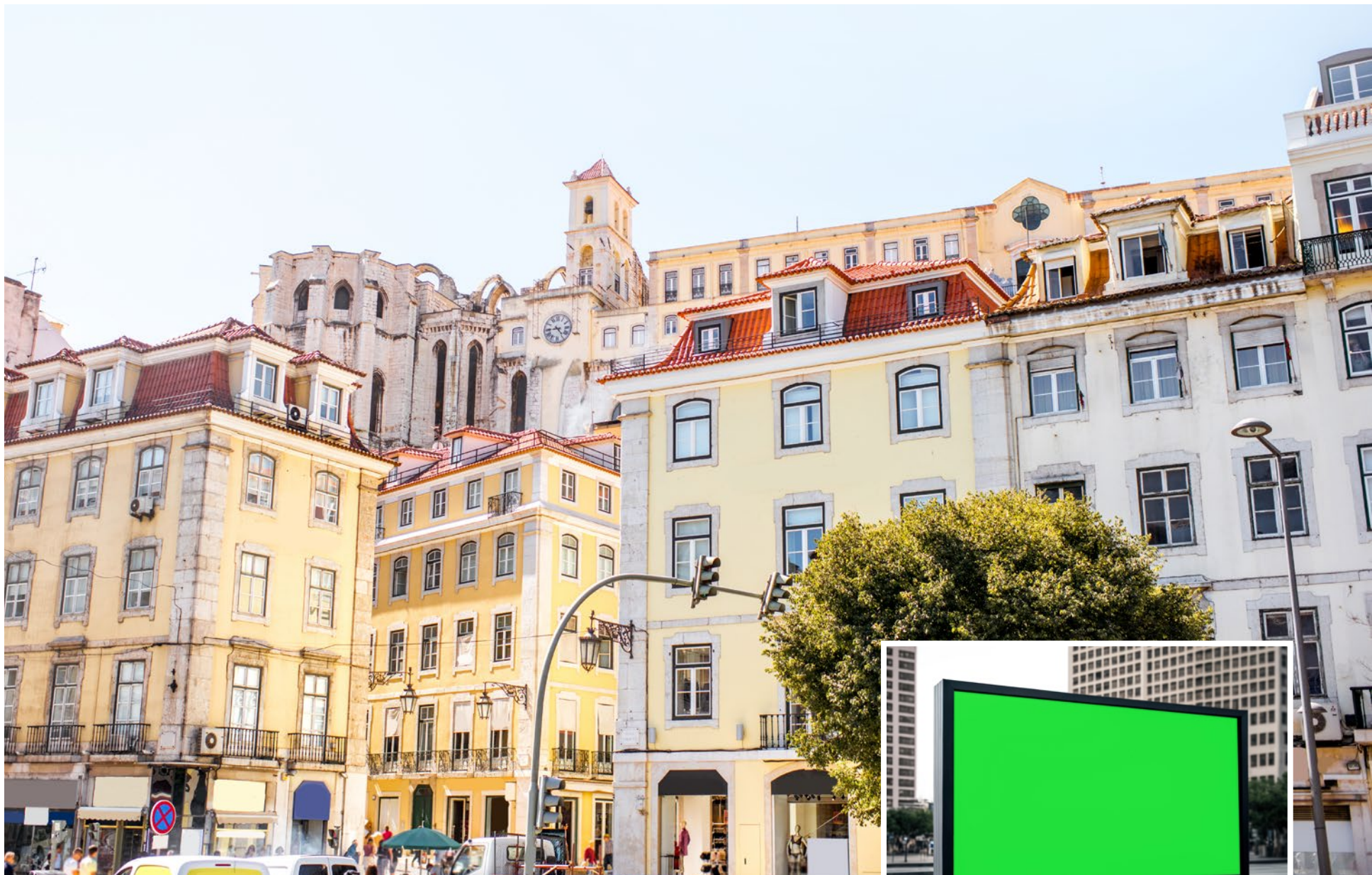
Na informação lê-se ainda que as seis vagas no concurso para médicos de medicina geral e família de Pombal “foram totalmente preenchidas, tendo ainda sido possível, através do regime de mobilidade, recrutar mais uma médica”.

Em reuniões com a ULS, a Câmara foi sensibilizada “para a importância da criação destes incentivos financeiros dirigidos aos novos médicos agora contratados, como contributo para a sua fixação a médio/longo prazo”, sendo que “esta medida ganha particular relevância num contexto em que outros municípios, tanto da região como a nível nacional, já a implementaram”.

Segundo Pedro Pimpão, até ao 1.º semestre deste ano, o concelho tinha cerca de 13 mil utentes sem médico de família, fixando-se agora, com a entrada dos novos profissionais de saúde, em três mil utentes.

Pedro Pimpão, recandidato ao cargo nas eleições autárquicas de 12 de outubro, adiantou haver o “compromisso da própria ULS” de, até ao final do ano, todos os utentes do concelho terem médico de família e destacou o investimento que o município tem feito na construção ou requalificação de unidades de saúde, o que contribui para a atratividade.

CÂMARA DE LISBOA AVANÇA COM “NOVAS RESTRIÇÕES” NA INSTALAÇÃO DE PAINÉIS DIGITAIS



A instalação de painéis digitais em edifícios em Lisboa encontra-se, a partir de hoje, sujeita a “novas restrições” para combater a poluição luminosa, sendo proibidas imagens em movimento contínuo durante a noite, determinou a Câmara Municipal de Lisboa.

O reforço das limitações na instalação de painéis digitais na capital passa pelo estabelecimento de níveis máximos de luminosidade e número de nits (unidade de medida de brilho de um ecrã) permitidos, pela proibição de imagens em movimento contínuo e pela imposição de exibição de imagens em Câmara lenta entre as 20h00 e as 07h00.

De acordo com a autarquia presidida por Carlos Moedas, outras das medidas são a obrigatoriedade de sensores de luminosidade que ajustem automaticamente a intensidade da luz e “restrições específicas à instalação de equipamentos em zonas sensíveis, salvaguardando o direito ao descanso dos cidadãos”.

Em causa está um novo despacho da Câmara de Lisboa sobre instalação de painéis digitais em

edifícios e espaços privados, que foi publicado na quinta-feira no Boletim Municipal e que entra em vigor hoje, revogando a anterior deliberação de janeiro de 2024.

No anterior despacho, o município estabeleceu normas a aplicar nos painéis digitais de publicidade, inclusive que nas estruturas de grande dimensão “a projeção deverá permanecer estática com fundos de tons escuros, no período compreendido entre as 20h00 e as 07h00, não podendo a luminosidade exceder 60 lúmens”.

Essa medida pretendeu também responder às preocupações de moradores vizinhos do centro comercial El Corte Inglés, que se queixaram da poluição luminosa provocada pelo ecrã publicitário, mas que, em julho de 2024, acusaram o estabelecimento de não cumprir as normas de publicidade e de “contornar” o despacho da câmara.

Num comunicado divulgado hoje, a autarquia referiu que o novo despacho pretende “uniformizar os critérios” a aplicar na avaliação da compatibilidade dos painéis digitais com a estética dos edi-

fícios e a paisagem urbana, conforme previsto no artigo 4.º do Regulamento da Publicidade.

Sujeita a licenciamento ou a licenciamento zero, a instalação de painéis publicitários digitais em edifícios e espaços privados tem de respeitar os critérios de localização, com o despacho da câmara a estabelecer quatro zonas, nomeadamente zonas históricas e edifícios classificados, zonas residenciais, zonas comerciais e equipamentos.

A atualização do despacho da câmara sobre a instalação de painéis digitais visa “aprofundar e clarificar os critérios técnicos no âmbito do licenciamento municipal, com foco na mitigação da poluição luminosa e orientações a abranger o licenciamento zero”.

Nessa mesma nota, o Presidente da câmara, Carlos Moedas, disse que a autarquia está a dar “um passo importante” para proteger a qualidade de vida dos lisboetas.

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO APELA À QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS

O Presidente do PSD/Açores, José Manuel Bolieiro, exortou os jovens “à qualificação de competências tanto pelo ensino superior como profissional, retirando a Região da ultraperiferia e para colocá-la no centro da Europa”.

O líder social-democrata falava na apresentação do programa da XII edição da Universidade de Verão promovida pela JSD/Açores, que se realizou em São Jorge entre 28 e 31 de agosto.

José Manuel Bolieiro começou por manifestar a sua “confiança na juventude açoriana”, reconhecendo a JSD/Açores pela “liderança no envolvimento na participação cívica, política, democrática e autonómica” que assume “enquanto escola de formação”.

Aliás, para o Presidente do PSD/Açores, a XII edição da Universidade de Verão “é a confirmação da consistência deste projeto que congrega a participação dos órgãos dirigentes da JSD a nível de freguesia, concelho, de ilha e regional, presente em todos os momentos da vida política do partido, cuja estrutura é intergeracional”.

“A JSD tem já um trabalho feito nos processos e combates eleitorais, sejam a nível local, regional, nacional e comunitário”, salvaguardou, sublinhando que “tem contribuído para que o PSD tenha capacidade em apresentar jovens nas suas listas politicamente preparados”.

Segundo José Manuel Bolieiro, “a Universidade de Verão tem sido uma oportunidade consistente e relevante de uma preparação já com uma certa vocação académica para os grandes temas da atualidade”.

O líder social-democrata entende que “a JSD transformou um desafio numa grande oportunidade de formação e até de uma vocação para uma participação com características académicas, ocupando o verão não apenas de lazer, mas também com aprendizagem, com conhecimento”.

Os temas como a sustentabilidade, mobilidade, Poder Local e qualificação, compõem o programa desta XII edição que conta com 30 jovens das nove ilhas do arquipélago.

Trata-se de matérias que, no entender de José Manuel Bolieiro, qualificam a juventude açoriana “para vencer os desafios da inovação, da tecnologia, da comunicação, que o futuro dos Açores tem de protagonizar”.

O Presidente do PSD/Açores sublinhou também que “é através da qualificação que se desenha a capaci-



dade tecnológica de inovação, garantindo empregos altamente qualificados, mais bem remunerados e assim dotar os Açores com um posicionamento geopolítico e geoestratégico mais significativo para o futuro do planeta”.

Mais adianta que “o ensino superior não pode ser um desafio difícil para a juventude, mas um percurso natural de maneira a elevar a participação dos jovens açorianos” no meio onde se encontram inseridos.

“No quadro da Universidade dos Açores, no quadro geral de todo o ensino superior no país e até mesmo fora do país, a qualificação potencia mais conhecimento, mais visão global do papel dos Açores, no futuro não só dos Açores como do país e da União Europeia”, concluiu.

Por seu turno, o Presidente da JSD/Açores, Luís Raposo, destacou a Universidade de Verão “como a maior e melhor escola de formação política e cívica dos Açores, pioneira na Região e, como pudemos assistir no último ano, exemplo para que outros partidos políticos pudessem marcar a sua agenda”.

De acordo com o social-democrata, a iniciativa está a

dar a segunda volta às ilhas do arquipélago, “ultrapassando a barreira dos mais de 360 formandos que marcaram a história da Universidade de Verão da JSD”.

Luís Raposo recordou ainda as medidas desenvolvidas pelo Governo Regional, liderado por José Manuel Bolieiro, que “afirmam o PSD como o pai do ensino superior na Região”, tais como o reforço do prémio de ingresso na universidade, a criação de bolsas de estudo e apoio às propinas, o pagamento de duas passagens aéreas de ida e volta por ano por estudante.

Acrescem ainda a devolução do valor total da propina e do IRS a todos os jovens que se comprometam a regressar aos Açores e a fixarem-se num período de cinco anos até os 30 anos de idade, apontou o líder da JSD/Açores, salvaguardado que nenhum dos apoios elencados existiam antes de 2020.

No campo profissional, somam-se os incentivos aos jovens empreendedores, o ingresso de mais de 8000 jovens açorianos no mercado de trabalho, “fruto das políticas públicas implementadas pelo Governo”, indicou Luís Raposo.

JOVENS AÇORIANOS FORAM DETERMINANTES NOS ÚLTIMOS RESULTADOS ELEITORAIS DO PSD/AÇORES

O Presidente da JSD/Açores, Luís Raposo, assegura que a juventude açoriana “é para manter no centro das decisões políticas públicas da Região”, como tem acontecido “no atual contexto governativo, num legado para manter e fazer crescer”.

O jovem social-democrata falava na sessão de encerramento da XII Universidade de Verão (UV) da JSD/Açores e do PSD/Açores, na Calheta de São Jorge, certame que juntou, durante os últimos quatro dias, 30 jovens das nove ilhas da Região.

“Nos últimos 5 anos colocamos a juventude açoriana no centro das decisões de políticas públicas, e vamos continuar a fazê-lo porque vale mesmo a pena apostar na nossa juventude”, afirmou Luís Raposo.

O dirigente destacou o facto de haver hoje “mais participação ativa dos jovens” no fenómeno político regional, sendo que, nos últimos anos, “mais de 2600 jovens açorianos participaram em fóruns, reuniões, encontros e atividades várias, contribuindo para o debate, a construção, a avaliação e a reformulação das políticas de juventude”.

“Hoje, os jovens têm mais oportunidades para se fazerem ouvir”, declarou, lembrando que, nos Açores “há mais associações juvenis, fruto do reforço em mais do dobro da verba pública para o financiamento das suas atividades. O associativismo ganhou força nos

Açores, com o Governo da Coligação PSD/CDS-PP”.

Paralelamente, “ingressaram mais de 8 mil jovens no mercado de trabalho tendo reduzido em mais de 45% a taxa de desemprego jovem na Região. Hoje, os jovens açorianos também têm mais oportunidades de emprego”, destacou o líder da JSD/Açores.

Luís Raposo dedicou igualmente palavras ao setor da educação, “onde se verifica uma descida da taxa de abandono escolar, com acompanhamento personalizado”, sendo importante lembrar “que a herança socialista na matéria era de 27%, e que agora se fixa nos 19.8%. E o objetivo é chegar aos 15% em 2024”, disse.

“No Ensino Superior, temos um histórico que contrasta de forma clara com a ausência de medidas das governações socialistas que nos antecederam”, com “muitos contributos da JSD/Açores, cuja missão é simples e clara: garantir aos jovens açorianos o apoio necessário para transformar o nosso arquipélago num lugar melhor para viver, trabalhar e inovar”, avançou.

Sobre o encontro que terminou hoje, lembrou que “a grande vantagem da UV é garantir que uma geração inteira de jovens desperta para a importância da participação cívica, permitindo que tenham uma voz na construção do vosso, e nosso, futuro coletivo”.

Luís Raposo anunciou ainda que “a próxima edição da

UV [em 2026] será na Ilha Terceira, com a certeza de que este projeto continua a ser de todos os Açores, e de todos os jovens açorianos”.

A sessão de encerramento de domingo, 31 de agosto, contou com a presença do Secretário-Geral do PSD/Açores, Luís Pereira, que destacou a importância da juventude “em grande parte dos resultados eleitorais recentes do PSD. Uma juventude que nunca se cansou, nunca se acalmou, e foi sempre o mar revolto à procura de melhores condições de vida”.

Aquele responsável social-democrata frisou a garantia do partido “no apoio a uma iniciativa como a UV, que mudou o paradigma do que é juntar a juventude para debater e aprender política e cidadania”.

Da mesma forma, enalteceu que “o PSD conta verdadeiramente com os jovens para o próximo desafio eleitoral [as eleições autárquicas de 12 de outubro], onde o partido apresenta cerca de 6 mil candidatos em toda a Região, entre os quais 20% que são jovens, porque a juventude açoriana quer fazer diferente pela sua terra”.

Segundo Luís Pereira, “os jovens açorianos estão aptos a dar a cara e a trabalhar por estas ilhas, onde precisamos de garantir o seu futuro. E, para isso, e para o futuro das instituições, são os jovens e a sua participação cívica quem nos dá essa garantia de mobilização e interesse”, concluiu.

Número 670 • 19 DE AGOSTO DE 1987 • Preço 30\$00

Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva na posse do XI Governo Constitucional

TUDO FAREMOS PARA MERECER A CONFIANÇA EM NÓS DEPOSITADA



o Presidente da República cumprimenta o Prof. Cavaco Silva depois de ter empossado o XI Governo Constitucional

• Assumimos com entusiasmo e confiança a missão que nos é atribuída por maiores que sejam o esforço exigido e o peso das responsabilidades

Senhor Presidente da República.

Senhoras e Senhores.

O Governo que hoje toma posse representa, por vontade clara do Povo Português, expressa através do voto livre e consciente, uma linha de continuidade do X Governo Constitucional derrubado na Assembleia da República, em 3 de Abril passado. As eleições de 19 de Julho foram, em grande parte, um julgamento da acção do Governo que agora cessa funções, da nossa forma de exercer o poder e também do comportamento das oposições em relação a esse Governo.

Foi sobre esse julgamento que os Portugueses construíram as suas opções para o futuro e nos conferiram um mandato inequívoco para governar Portugal nos próximos quatro anos.

Poucas vezes, como nestas eleições, terá sido tão forte a consciencialização do Povo Português de que lhe competia a palavra decisiva sobre o conflito de legitimidade criado pela aprovação da moção de censura e consequente queda do governo.

E, como nunca tinha acontecido desde o 25 de Abril, fê-lo de modo a que não subsistissem quaisquer dúvidas sobre o que sentia e o que queria, concentrando mais de 50% dos votos numa só força política, de entre as cinco que detinham representação significativa na anterior assembleia.

Todos os que têm responsabilidades políticas, nos diversos órgãos de soberania, no governo ou na oposição, devem meditar

sobre o profundo significado de uma tão clara manifestação de vontade do eleitorado, em particular o repúdio pelas crises políticas, o desejo de estabilidade governativa, a vontade de ver respeitado o período normal da legislatura. O Povo Português, numa manifestação de querer, quase sem precedentes na Europa Ocidental, decidiu contrariar as tendências do nosso sistema político, o que era para muitos uma quase impossibilidade prática.

Por acção directa do eleitorado, a Democracia Portuguesa deu, em 19 de Julho, um significativo passo em frente, ao serem concedidas, pela primeira vez, a uma só força partidária, condições políticas para formar um Governo de Legislatura, homogéneo e

(Continua na página 2)

OS PORTUGUESES TÊM AGORA MAIS FORTE RAZÃO PARA ACREDITAREM QUE PODEM VENCER

EDIÇÃO N.º 670 do “Povo Livre” | dde 19 de agosto de 1987

“Cavaco Silva na posse do XI Governo Constitucional: Tudo faremos para merecer a confiança em nós depositada”.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO **TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00** | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

COVILHÃ

Nos termos do art.º 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo **dia 15 de setembro de 2025, (segunda-feira), pelas 18H30**, na sede do Partido Social Democrata da Covilhã, sito na Rua Vasco da Gama nº 37 R/C Esq 6200-016 Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação do programa eleitoral, sob proposta da Comissão Política nos termos dispostos na alínea f) do artº 53º dos Estatutos Nacionais do PSD
2. Outros assuntos.

ELVAS

Ao abrigo dos estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção de Elvas do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no próximo **dia 18 de Setembro de 2025 (quinta-feira) pelas 21H00**, na sede da Concelhia, sita na Rua da Cadeia, n.º 34-C, 1º andar, em Elvas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da conjuntura política concelhia;
2. Campanha autárquica;
3. Composição das mesas de voto;
4. Outros assuntos de interesse.

NISA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata e do seu Regulamento Eleitoral designadamente do Art.º 17º, Ponto 1 e 2, convocam-se os militantes da Secção de Nisa do PSD para uma Assembleia da Secção a realizar no próximo **dia 4 de Outubro de 2025 (sábado) entre as 18H00 e as 20H00** na sede da Junta da União de Freguesias de Espírito Santo, Nos-

sa Sra. da Graça e São Simão, na Rua Visconde Vale da Sobreira, nº 2 e 4. em Nisa com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos de Secção.

- Eleição da Mesa da Assembleia da Secção de Nisa;
- Eleição da Comissão Política da Secção de Nisa.

Nota: As candidaturas terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção de Nisa (Rua do Pereiro,1, Vila Flor, 6050-145 Amieira do Tejo) ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As quotas devem ser pagas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 20H00.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, nomeadamente no descrito na alínea F do artigo 53º, serve a presente para convocar os militantes da seção de Portimão do PSD para uma Assembleia Extraordinária de Secção a ser realizada no próximo **dia 13 de Setembro de 2025 (Sábado) pelas 20H30** na sede do PSD de Portimão, sita na Rua do Colégio número 6 em Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações do Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.
2. Sob proposta da Comissão Política, os militantes darem parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral da próxima eleição autárquica de 12 de Outubro 2025.



O Partido Social Democrata manifesta o seu profundo pesar pelas vítimas mortais do grave acidente de hoje no elevador da Glória, em Lisboa.

Neste momento de consternação, o PSD apresenta às famílias e amigos das vítimas as mais sentidas condolências e deseja rápidas melhoras a todos os feridos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

CALENDÁRIO ÚNICO

CONSELHO DISTRITAL DA JSD ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital do Algarve, a reunir no **dia 20 de setembro de 2025 (sábado), pelas 14h30**, na Sala Tripartida do Museu de Portimão, sita na Rua D. Carlos I, Zona Ribeirinha, 8500-607, Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 - Análise da situação política distrital e nacional;
- 3 - Eleições Autárquicas;
- 4 - Outros assuntos.

ERRATA

CONGRESSO DISTRITAL DA JSD DE LISBOA ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso Distrital da JSD de Lisboa Área Oeste, para reunir no próximo **dia 13 de setembro de 2025 (sábado), pelas 14h00**, no Auditório Municipal da Lourinhã, Rua João Luís de Moura 60, 2530-253 Lourinhã.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da concelhia de Cantanhede para o Plenário ordinário a realizar no **dia 12 de Setembro de 2025, pelas 18h**, na sede do PSD Cantanhede (Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio – 2º andar – Sala 1, 3060/133 Cantanhede), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições autárquicas;
- 2 – Informações genéricas da Comissão Política.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da JSD de Vila Nova de Famalicão para reunir, em Plenário Concelhio, no próximo **dia 12 de setembro (sexta-feira), pelas 18:30h**, na sede do PSD de Vila Nova de Famalicão, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3º Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da atividade da Comissão Política;
- 2 – Análise da Situação Política Concelhia (Eleições Autárquicas) e Nacional;
- 3 – Outros Assuntos.

VEISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Viseu, para reunirem no **dia 20 de setembro de 2025, pelas 21:00 horas**, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira, Loja Nº 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Eleições autárquicas;
- 4 – Outros assuntos.

ANEXO 1

RATEIO – VIII CONGRESSO JSD DISTRITAL DO PORTO

Delegados segundo a alínea a) do nº1 do artigo 51º dos ENJSD:

CONCELHIA	TOTAL DE DELEGADOS
Amarante	4
Baião	3
Felgueiras	4
Gondomar	4
Lousada	5
Maia	8
Marco de Canaveses	4
Matosinhos	4
Paços de Ferreira	4
Paredes	5
Penafiel	12
Porto	23
Póvoa de Varzim	7
Santo Tirso	3
Trofa	5
Valongo	3
Vila do Conde	4
Vila Nova de Gaia	6
Inerência do Presidente da Comissão Política Distrital	0
Inerência do Secretário-Geral da Comissão Política Distrital	0
TOTAL	108